



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ORGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

**Emitente:** Câmara Municipal de Itapemirim

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Itapemirim

**Gestor responsável:** José de Oliveira Lima

**Exercício:** 2021

## 1. Introdução

O PAAI (Plano Anual de Auditorias Internas) foi atualizado no final do exercício de 2021 por este controlador e o que lhe cabe será feito no decorrer de 2022.

Todos os procedimentos que foram realizados serão elencados na tabela abaixo, procedimentos estes que foram os possíveis de serem feitos e analisados devido o curto espaço de tempo a frente do controle interno no exercício de 2021.

Código	Objeto/Ponto de Controle	Processos administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho		Lei 4.320/1964, art. 60	Indagação	0	0



1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	31	5
1.2.2	Pagamentos das obrigações previdenciárias – parte patronal		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	32	9
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Indagação	1	1
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias – parte servidor		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	Outros	31	8
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários		CF/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, Art. 1; Lei 8.212/1991;	indagação	0	0



1.2.8	Medidas de cobrança – créditos previdenciários a receber e parcelamentos a receber		LRF	Indagação	0	0
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação		LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do art. 164 da CRFB/88.	Outros	2	2
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento		CRFB/88, art. 29-A.	Análise Documental	1	1
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total		CRFB/88, art. 29-A.	Análise documental	1	1
1.5.2	Segregação de funções		CRFB/88, art.37.	Indagação	0	0
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação		Lei 4.320/1964, art. 62	Indagação	0	0
2.5.7	Servidores cedidos		CF/88, art.40; LRF, art.69; Lei 9.717/1998, Art. 1º.	Indagação	1	1
2.5.37	Registro de admissões		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Indagação	0	0



2.6.3	Pessoal – Contratação por tempo determinado		CRFB/88, art. 37, inciso IX	Indagação	0	0
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação		Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Análise Documental	24	3

## 2. Auditorias e outros procedimentos realizados

A Câmara municipal de Itapemirim não possui em seu quadro de funcionários a figura do auditor, mesmo assim, este controlador que subscreve, com formação na área do Direito, no curto espaço de tempo que esteve no cargo no exercício de 2021, realizou algumas conferências no que pode. Em grande parte foi feito com procedimento de indagação ou documental, exigidos ou verificados junto ao setor que desejava analisar. Realizando também o procedimento de observação direta em alguns casos.

Em tudo que pude observar e analisar não encontrei ou constatei nenhum indício de erro, omissão, ocultação ou qualquer outra coisa que ensejasse em proposições ou alertas.

## 3. Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados na UG

No ano de 2021, não foram instaurados procedimentos administrativos ou realizada Tomadas de contas.

O atual responsável pelo controle interno não encontrou procedimentos ou tomadas anterior a sua contratação. Quanto ao período em que estava responsável



não encontrou indícios, ocorrência de extravio, omissões nas prestações de contas, prática ou atos ilegais que levariam aos procedimentos antes citados.

**Itapemirim, 24 de março de 2022**

---

**ANTENOR PASSARÉLI AMBROSIM JÚNIOR**

**DIRETOR DE CONTROLE INTERNO OUVIDOR**